

**A COMPARAÇÃO, O DISCURSO
E O LASTRO CULTURAL**

CATTELAN, João Carlos ¹

SCHRÖDER, Luciane Thomé ²

¹ Docente doutor, da Unioeste, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Telefone (45)3035-6349 ou 9971-7797. Rua Universitária, nº 2069, bairro Jardim Universitário, Cascavel, Paraná, caixa postal 711, CEP 85.819-110. E-mail: cattelan@brturbo.com.br ou cattelan@unioeste.br.

² Docente mestre, da Unioeste, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Telefone (45)3035-6349 ou 9935-6349. Rua Universitária, nº 2069, bairro Jardim Universitário, Cascavel, Paraná, caixa postal 711, CEP 85.819-110. E-mail: ltschroder@brturbo.com.br.

RESUMO: Neste artigo, por meio da utilização de um acontecimento discursivo ocorrido entre dois professores, procura-se refletir sobre os conectivos comparativos, buscando estabelecer as formas de os mesmos serem analisados do ponto de vista da gramática tradicional, da pragmática e dos estudos culturais/discursivos. Procura-se mostrar como as relações de ordem comparativa só se justificam na medida em que horizontes culturais e valores sociais comuns são levados em consideração, com os falantes, em geral, não tendo consciência da base cultural que sustenta suas crenças.

PALAVRAS-CHAVE: Comparação; Discurso; Lastro Cultural.

ABSTRACT: In this article, by means of the use of a discursive event occurred between two scholars, it's looked for to reflect on the comparative connectives, searching to establish the forms of the same ones to be analyzed by the point of view of the traditional grammar, the pragmatic one and the cultural/discursive studies. It's looked for to show as the comparative relations are only justified in the measure common cultural horizons and social values are taken in consideration, with the speakers, in general, don't having conscience of the cultural base that support its believes.

KEYWORDS: Comparison; Discourse; Cultural Ballast.

As gramáticas tradicionais, em linhas gerais, pautam seus estudos em observações, descrições e uso de dados que são descontextualizados, apagando o evento que lhes trouxe à luz, que são analisados do ponto de vista puramente estrutural e que são tratados a partir de um valor supostamente intrínseco: imanência, estrutura, língua e relações internas são os traços típicos desses trabalhos, passando ao interlocutor a impressão de que a língua é autônoma e sobrevive abstratamente, apartada dos homens e da história vivida por eles. Neste sentido, de acordo com Bakhtin (1976, p. 1), a língua "é tratada como se ela fosse não sociológica 'por natureza', exatamente como é a estrutura física ou química de um corpo".

Basta que se observe um conjunto de gramáticas, para que se conclua que os exemplos que elas apresentam, embora, às vezes, sejam retirados de textos maiores que os contêm, sempre são abstraídos da sua situação de uso, como se as relações demonstradas por meio deles sobrevivessem ou se mantivessem, mesmo que os seus contextos de ocorrência fossem alterados. No entanto, não é difícil imaginar condições de produção em que o exemplo dado pode servir a outros fins e a outras possibilidades discursivas. Ao buscar

estes dados como sustentação e trazê-los em abstrato para dentro do trabalho que realiza, o gramático simula a autonomia da língua, sem se dar conta, talvez, que a relação semântica apresentada leva em consideração o contexto de uso de onde o dado foi isolado: isto significa que, mesmo que o enunciado apareça isolado, a sua situação comunicativa permanece tacitamente pressuposta e contando com a conviência e acordo dos interlocutores.

Pode-se dizer, aliando-se a Koch (1987, p. 105), que “a gramática tradicional considera como elementos meramente relacionais – conectivos” itens lingüísticos cuja finalidade transcende a objetivos puramente internos à sentença, tendo a sua razão de ser pautada em unidades que vão para além dos limites da frase ou do texto e que só podem ser explicados por fatores de ordem social, já que, conforme Bakhtin (1976, p. 2), a explicação “para qualquer domínio da criação ideológica pode ser encontrada, e só pode ser encontrada, pelos métodos da sociologia”.

Pretende-se, com este estudo, cumprir três etapas subseqüentes de discussão: a primeira se refere à resenha e algumas reflexões sobre como são tratados os conectivos comparativos pela gramática tradicional; a segunda é relativa à demonstração e alguns apontamentos sobre como estas conjunções são encaradas pela semântica argumentativa ou pragmática lingüística; e, por fim, a terceira, mais relevante, diz respeito à tentativa de defesa da tese que é do ponto de vista cultural, sociológico ou discursivo que as mesmas devem ser analisadas, pois é a partir deste foco de observação que papéis sociais, crenças e pertencas culturais se denunciam e explicam as razões de uso das relações discursivas de comparação.

I. GRAMÁTICA TRADICIONAL E COMPARAÇÃO

Como já foi dito anteriormente, o ponto de vista gramatical sobre as conjunções, que encadeiam enunciados, pressupõe que elas o façam de uma forma estritamente lingüísti-

ca, imanente e lógica: estrutural, portanto. Lidando com exemplos abstratos e desencarnados, a língua e a sua forma de organização parecem constituir um sistema atemporal e sem história, sobre o qual o homem não realiza nenhuma ação, meramente sofrendo injunções sistêmicas. Para a procedência das afirmações feitas, apresentam-se, a seguir, as definições e os exemplos dados por quatro gramáticos e se procura discuti-los um pouco mais longamente.

Para Sarmento (2000, p. 409), os conetivos comparativos criam “uma comparação em relação a um fato ou a um elemento da oração principal”. A autora cita como exemplos os períodos mencionados a seguir:

A) [Ajudar uma criança é mais fácil]₁ [do que dizer não. (à ajuda)]₂,
e

B) [A noite parece escura]₃ [como carvão. (é escuro)]₄

Para a autora, em **A**, a relação comparativa estaria tomando como elementos de confronto *ajudar* e *dizer não* (isto é: *não ajudar*) e consideraria como elemento balizador o qualificativo *fácil*, que, neste caso, pesa favoravelmente a 1 e não a 2. Em **B**, a comparação se faria entre *a noite* e *carvão* e o elemento relacional seria *escuro*: neste caso, o foco de observação se daria em relação à escuridão dos elementos comparados, sendo dados como portadores de igualdade no tocante a este traço. Como se pode observar, as relações semânticas estabelecidas são dedutíveis da observação do dado lingüístico abstrato, sem considerar que, conforme Bakhtin (1976, p. 2), “todos os produtos da criatividade humana nascem na e para a sociedade humana”.

3 É muito comum que relações comparativas sejam feitas omitindo o verbo da segunda oração, dando a falsa impressão de estarem comparando dois termos de uma mesma oração e não duas orações. Quando isso ocorrer, o elemento omitido será posto entre parênteses.

4 Realizaram-se ligeiras alterações na passagem do autor, mas se preservou a integralidade da sua tese.

Para Cunha e Cintra (1985, p. 574), “As conjunções comparativas iniciam uma oração que encerra o segundo membro de uma comparação, de um confronto”. Os autores dão como exemplos desse confronto períodos como

C) [Surgiu]₅ [como se viesse de outro mundo.],₆ [inesperada e pálida.],₅ e

D) [Mais do que as palavras.],₈ [falavam os fatos.],₇

Para os autores, em **C**, haveria uma relação de comparação de igualdade entre a forma de alguém surgir neste mundo, como se viesse de outro, o mundo dos mortos, constituído, hipoteticamente, por seres pálidos e que surgem inesperadamente. Em **D**, o termo que é tomado para confrontação é *falavam*, que possui um efeito de sentido de demonstração, comprovação e evidência, e os termos postos em relação de confronto são *palavras* e *fatos*, com o peso maior de verdade estando ao lado dos últimos e não do discurso. Novamente, podem-se notar uma análise e uma leitura que se pauta em fatores de ordem interna ao construto lingüístico, ignorando, conforme afirma Bakhtin (1976, p. 3), que um enunciado “não pode ser compreendido independentemente da situação social que o engendra”.

Para Infante (1995, p. 430), “As orações subordinadas adverbiais comparativas contêm o fato ou o ser com que se compara o fato ou o ser mencionado na oração principal”. O autor exemplifica este tipo de oração com

E) [Ele tem trabalho], [como um obstinado. (trabalha)],₁₀ e

F) [Sua sensibilidade é tão afinada],₁₁ [quanto sua inteligência. (é)],₁₂

Para o autor, em **E**, o termo que é posto em destaque e eleito enquanto conteúdo de comparação é o *trabalho* realizado e o mesmo considera como membros do par em relação o elemento exóforico a que o dêitico *ele* remete e o trabalho de um *obstinado*: isto tudo em termos de igualdade. Já, em **F**, os elementos postos em confronto são *sensibilidade* e *inteligência* e elas são comparadas em termos de perspicácia, competência e qualidade *afinada*. Como se pode perceber, outra vez,

a análise é puramente lingüística e imanente e não considera que, como afirma Bakhtin (1976, p. 6), “a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura da sua significação”.

E, por fim, para Bechara (2003, p. 326), “As comparativas iniciam uma oração que exprime o outro termo da comparação”. O autor dá como exemplos:

G) [O medo é a arma dos fracos.]₁₃ [como a bravura (é) a dos fortes.]₁₄ e

H) [A ignorância ousa]₁₅ [e se precipita]₁₆ [como o medo. (ousa e se precipita)]₁₇

Para o autor, em **G**, os termos tomados para comparação são *o medo* e *a bravura*, enquanto o elemento tomado como parâmetro de confronto é *arma*. Neste caso, a comparação de igualdade e é feita em relação ao elemento típico do medroso e do bravo. Em **H**, os termos que criam a relação comparativa são a precipitação e a ousadia, idênticas tanto para a *ignorância* quanto para o *medo*. De novo, verifica-se uma análise puramente interna à manifestação lingüística, que apaga o fato de que os enunciados “estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extra-verbal da vida” (BAKHTIN, 1976, p. 7).

Como se pode perceber, em cada definição, em cada exemplo e análise apresentada, o ponto de vista é aquele que toma o dado lingüístico como estritamente gramatical, condicionado por relações que se tecem exclusivamente dentro da estrutura e que não demandam o contexto sócio-histórico de uso para a determinação dessas relações. O foco de observação é imanente e os fatos da língua se explicam autônoma e abstratamente. Apagam-se, com isso, os objetivos, as finalidades e as intencionalidades argumentativas buscadas pelos enunciados produzidos, esquecendo-se, conforme Koch (1987, p. 104), que o “uso da linguagem é inerentemente argumentativo”.

É importante perceber que, ao usar expedientes lingüísticos que aparecem fora de contexto como exemplos para ilustrar as afirmações que faz, o procedimento gramatical simula, e apenas simula, uma desnecessidade do contexto para efetuar as atribuições de sentido que postula. Parece relativamente fácil defender que um exemplo dado pela gramática para ilustrar um determinado pleito, se não contar com o acordo tácito e cooperativo do interlocutor, que não pense no contexto apropriado, terá dificuldade para ser sustentado. Um exemplo: uma comparação gramatical de igualdade pode, facilmente, em termos contextuais ou de uso, ter um valor de inferioridade ou superioridade. Isto significa: uma relação gramatical postulada, embora simule não precisar do contexto para pleitear o que afirma, o mantém pressuposto e conta com a cooperação do leitor sobre qual é ele, já que, de acordo com Bakhtin (1976, p. 4), “nunca se será capaz de encontrar o significado, a menos que lancemos mão, de contrabando, de um outro ponto de vista que não pertença à moldura da análise do material”.

Embora, recorrentemente, tenha-se, aparentemente de forma radical, marcado posição contra o estudo gramatical pautado na abstração, faz-se questão de frisar que não há nada cientificamente inadequado em sua atitude, já que ela é um ponto de vista epistemológico que cria o seu objeto, como outro qualquer, e que a crítica que se possa fazer a esse comportamento, por mais procedente que seja, não desobriga os profissionais de estudos da linguagem a conhecê-la, já que não se produzem textos ou discursos sem expedientes lingüísticos e, em geral, a gramática tradicional tem bons ensinamentos a dar a quem pretende lidar com recortes que ultrapassam, inclusive, a dimensão da frase.

2. PRAGMÁTICA E COMPARAÇÃO

Um ponto de vista distinto do da gramática tradicional é dado pelos estudos considerados como pertencentes ao viés

da pragmática, que busca justamente a superação de uma perspectiva que seja puramente imanente, interna ou estrutural: em termos saussurianos: sistêmica. Talvez, a melhor forma de conceituar a pragmática seja utilizar a citação de Carnap usada por Dascal (1982, p. 9):

Se em uma investigação é feita por referência explícita ao locutor, ou, em termos mais gerais, aos utilizadores da língua, então tal investigação pertence ao campo da pragmática (se neste caso é feita referência também aos significados ou não, não faz nenhuma diferença para esta definição). Se fazemos abstração ao utilizador da língua e analisamos somente as expressões e seus significados, estamos no campo da semântica. E se, finalmente, fazemos abstração também dos significados e analisamos apenas as relações entre as expressões, estamos no campo da sintaxe.

A contraposição efetuada por Carnap entre pragmática, semântica e sintaxe chama a atenção para dois aspectos constitutivos da primeira área de estudos: a referência ao locutor (o que demanda considerar, em decorrência, o contexto como um todo) e a sua concepção como um utilizador da língua: um usuário, que se vale dela para atingir determinados fins. Para Koch (1987, p. 17), “Desta forma, a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade”.

Do ponto de vista pragmático, as relações comparativas exemplificadas nos enunciados de **A** a **H**, embora não sejam negadas, são consideradas a partir de uma outra perspectiva. Elas não são meramente relações internas à língua, cuja característica central seria a gratuidade da combinação estrutural, mas combinações que atendem a determinados fins e que contribuem para que o locutor alcance objetivos interacionias. Não é difícil imaginar contextos em que os enunciados poderiam ocorrer, em alguns casos, até contextos em que eles deveriam acontecer, o que demonstra que não só o contexto modela o enunciado e o completa, como também, dado o enunciado, pode-se determinar o contexto em que ele pode ser usado. Dito de outra forma: texto e contexto são constitutivos.

Sem pretensão de exaustividade, busca-se indicar contextos em que os oito enunciados apresentados anteriormente poderiam ser utilizados, objetivando mostrar que, mesmo que tacitamente, há uma situação comunicativa pressuposta para a ocorrência dos mesmos.

- A.1)** Campanha publicitária para arrecadação de recursos destinados a uma entidade de assistência à criança.
- B.1)** Resposta a alguém que tenha proposto um passeio à noite, pelo campo, como forma de entretenimento.
- C.1)** Enunciado descritivo pertencente a alguma narrativa, cuja finalidade seja caracterizar o estado de alguém.
- D.1)** Tentativa de demonstração argumentativa sobre a positividade das atitudes de bondade da pessoa objeto do discurso.
- E.1)** Elogio à quantidade de esforço desenvolvido por alguém no sentido de alcançar algum objetivo.
- F.1)** Enunciado irônico, em que a sensibilidade de alguém é questionada, tomando como parâmetro sua pouca inteligência.
- G.1)** Asserção feita por um comandante de tropa aos seus comandados antes do início de uma batalha.
- H.1)** Busca de criação de um comportamento para alunos, visando chamar-lhes a atenção para a necessidade de conhecimento.

Frisa-se, enfaticamente, que os co-textos e os contextos imaginados são um dentre possibilidades inimagináveis e ilimitadas, mas, embora se deva reconhecer isso, acredita-se que o princípio de que os enunciados sempre são proferidos por locutores, em condições específicas, visando à realização de objetivos determinados continua válido. O leitor saberá, é óbvio, mencionar outras condições de produção em que os enunciados poderiam ocorrer, mas, também é óbvio, que ele se dará conta de que, em cada caso levantado, haverá pessoas em interlocução e com intencionalidades sendo perseguidas.

Pensa-se que a melhor forma de demonstrar a

indissociabilidade entre texto e contexto, ou seja, a constitutividade de ambos, possa ser obtida por, pelo menos, dois expedientes: um, a observação do conteúdo veiculado, que, embora seja apresentado em abstrato pela gramática, não ocorreria, se não fosse para ser dito por alguém a alguém, com algum objetivo particular; o outro, os casos em que as relações de comparação, embora formalmente se façam num sentido, discursivamente, contradizem as relações linguísticas estabelecidas. Consideram-se, para fins demonstrativos, os enunciados a seguir, todos retirados de gramáticas.

I) [O jogo, [assim **como** o fogo, (consome)],¹⁹ [consome rápido o trabalho de muitos anos.],¹⁸

J) [O orgulho do saber é talvez mais odioso]²⁰ [**do que** o do poder. (é)]²¹

L) [Há momentos em que é menos perigoso mentir]²² [**que** dizer verdades. (é perigoso)]²³ e

M) [Nenhum homem é tão bom]²² [**como** o seu partido apregoa, (ser bom)]²³ [nem tão mau]²⁶ [**como** o contrário o representa. (ser mau)]²⁷

Em **I**, o uso do enunciado parece inconcebível, que não seja para que um locutor deprecie a importância do jogo, comparando-o ao fogo, dado o poder destrutivo de ambos; no caso do primeiro, uma destruição que ocorre em relação ao trabalho humano. O enunciado parece trazer intrínseco um efeito de sentido de aconselhamento, de orientação e de exortação: ele tem um caráter de slogan. Em **J**, embora a relação seja marcadamente comparativa de superioridade, por meio de *mais do que*, pensados em termos de uma escala valorativa, parece não restar dúvidas de que a argumentação pesa favoravelmente ao orgulho do poder, e não ao orgulho do saber, que, no enunciado, é dado como superior. Em **L**, contrariamente, embora a relação seja feita em termos de inferioridade, por meio de *menos que*, pragmaticamente, o enunciado busca conduzir o interlocutor a se posicionar, em certos momentos, favoravelmente à mentira e não à verdade, termo

este dado como superior na relação interna à estrutura. Em **M**, nos dois enunciados, a relação comparativa é feita em termos de igualdade, no plano formal; entretanto, no primeiro caso, pode-se afirmar que o usuário visa a que a relação seja estabelecida em termos de inferioridade, ou seja, o homem é pior do que o seu partido apregoa, enquanto que, no segundo caso, ele objetiva que a relação seja percebida como de superioridade, ou seja, o homem é melhor do que o seu adversário político o representa.

Pensa-se que as reflexões efetuadas nesta seção sejam suficientes para a demonstração de que, conforme Koch (1987, p. 17),

o homem usa a língua porque vive em comunidades, nas quais tem necessidade de comunicar-se com os seus semelhantes, de estabelecer com eles relações dos mais variados tipos, de obter deles reações ou comportamentos, de atuar sobre eles das mais diversas maneiras, enfim de interagir socialmente por meio do seu discurso.

3. A COMPARAÇÃO E A CULTURA

Na transição efetuada entre o ponto de vista gramatical e o da pragmática, duas formas distintas de observar a linguagem e a língua se denunciam: uma é caracterizada pela lógica, pela abstração e pela imanência; a outra procura considerar os usuários, o contexto e a intencionalidade de uso da língua, já que “faz-se preciso admitir que *existem enunciados* cujo traço constitutivo é o de serem empregados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros” (KOCH, 1987, p. 104) (grifo meu). Defende-se a crença que todo enunciado faz isso e não apenas aquele marcado por elementos que a semântica argumentativa ou a pragmática lingüística chamam de operadores argumentativos, dos quais os conectivos comparativos seriam um exemplo. Ou seja: assim como não se faz uma comparação por um exercício de pura reflexão lingüística, também não se produz qualquer outro enunciado que não seja para perseguir metas. Mesmo os enunciados mais descritivos têm, do ponto de vista enunciativo, um objetivo a ser atingido.

Na transição que se busca efetuar daqui por diante, procura-se aproveitar os ensinamentos da pragmática, mas eles são recolocados no terreno da cultura. Do ponto de vista da pragmática, o uso da língua pelos enunciadores se daria, poder-se-ia dizer, a partir de uma ação dotada de intencionalidade, sobre a qual eles têm domínio, de locutores concretamente situados numa situação comunicativa e de um contexto sócio-cultural sobre o qual eles têm uma elevada dose de consciência. Ou seja: os usuários da língua a colocariam a seu serviço, valendo-se dos expedientes argumentativos que ela permite, e controlariam espontaneamente os meios e os fins que estão perseguindo, revelando uma autonomia reflexiva sobre os efeitos almejados e as formas de atingi-los, sem serem crucialmente dirigidos pela cultura que os identifica, pelo inconsciente coletivo que os domina e pelo superego cultural que os atravessa. Deste ponto de vista, uma relação comparativa seria feita porque o usuário optou por construí-la em face dos seus objetivos e não porque a posição cultural que ele assume, mesmo, em geral, sem o saber, faz com que ela seja tecida num e não em outro sentido.

De acordo com Foucault (1999, p. 28)⁴,

A alma não é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas ela existe, tem uma realidade, que é produzida, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos, sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são controlados durante a existência.

Assumida a tese do autor, não se usa o corpo da forma com que se faz, porque voluntariamente se decide que essa seria uma maneira melhor que outra, mas porque há um sistema de procedimentos para discipliná-lo, fazendo-o ser vestido, postar-se, higienizá-lo e o apresentar em público de uma determinada maneira. O uso do corpo e a sua revelação para si e os demais seria atravessada por ditames culturais que estabelecem uma tecnologia de uso corporal. Acredita-se que a reflexão feita pelo autor, *mutatis mutandis*, pode ser aplicada à língua, seja em termos dos conteúdos que veicula, seja

em termos do plano da expressão que é usado para construí-lo. Assim como o uso do corpo não goza de uma liberdade sem restrições, a língua e o discurso obedecem a um sistema de coerções e restrições que delimitam o que o falante pode dizer (e de que forma), considerado o contexto cultural de que faz parte.

A equiparação entre o uso do corpo dominado por uma tecnologia social de corporeidade e o uso da língua determinado por uma cultura que o atravessa é denunciada por Foucault (1996, p. 8-9), quando ele afirma que “Em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que buscam conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Como se pode perceber, o discurso, assim como o corpo, é dominado por um conjunto de restrições que impõe injunções sobre aquele que produz enunciados, o qual obedece, mesmo que não saiba, a um conjunto de procedimentos que derivam do papel que lhe cabe e do contexto cultural em que se encontra, pois, assim como afirma Bakhtin (1999, p. 58), “O indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico”, ou ainda, “a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos”.

Considerando o espaço permitido por um artigo e os objetivos buscados por este texto, limita-se à apresentação de um exemplo e se vale para a sua análise de alguns postulados da semântica argumentativa, recolocando-os, porém, em outra base de reflexão.

Em certa ocasião, uma escola, dada a sua tradição de escolher anualmente uma miss estudantil, estava às voltas com o dilema de definir as alunas que poderiam ser candidatas e fazerem um belo papel sobre o palco de desfile durante a

feira. A discussão travada durante o intervalo entre as duas professoras responsáveis por selecionarem as meninas tinha como objetivo definir a representante do terceiro ano matutino de Educação Geral. As duas tinham opiniões distintas sobre quem deveria ser a candidata. O fragmento de diálogo entre as duas, e que interessa para a discussão a ser feita aqui, ocorreu como segue:

A – Acho que a Marisa faria um belo papel em público!

B – Concordo, mas a Luciana é tão alta, simpática e sorridente como a Marisa. E até tem uma melhor postura corporal!

O enunciado proferido por **A** tem uma orientação argumentativa clara: defender que a representante da turma seja Marisa, já que, dadas as qualidades que ficam pressupostas entre os locutores, que partilham de um conhecimento comum e que diz quais são elas, ela faria *um belo papel em público*. A orientação para esta conclusão é reforçada pelo modalizador *acho que*, pelo futuro condicional *faria*, que pressupõe o enunciado *se representasse a turma*, e pelo adjetivo qualificativo *belo*: grosso modo, todos operadores argumentativos. Pensa-se que sejam estes os aspectos relevantes no que diz respeito ao enunciado de **A**. Já o enunciado de **B** possui maior complexidade e, sobre ele, detém-se mais demoradamente.

Se dissesse apenas *concordo*, **B** permitiria que **A** concluísse pela anuência com a escolha de Marisa. Porém, a seqüência do enunciado mostra que a flexão verbal *concordo* tem um alcance que abrange apenas o fato de que *Marisa faria um belo papel em público* e não que ela deva ser a candidata. Para defender a posição de que Luciana deve representar a turma, **B** se vale de uma série de expedientes argumentativos, que se passa a analisar.

Tão logo afirma *concordo*, **B** se vale de um enunciado introduzido pelo contrajuntivo (adversativo) *mas*, cuja característica central é permitir a construção de um enunciado que se contrapõe à conclusão permitida pelo que o antecede. Se, ao dizer *concordo*, **B** permite que **A** seja conduzido a uma

conclusão, ao continuar o enunciado com *mas*, ele deixa claro que a conclusão a que chegará se contrapõe àquela. Ou seja: se dissesse apenas *concordo, mas*, **A** já saberia que **B** não concorda com a representação de Marisa. Como afirma Koch (1992, p. 35), “O esquema de funcionamento do MAS e de seus similares é o seguinte: o locutor introduz em seu discurso um argumento possível para uma conclusão R; logo em seguida, opõe-lhe um argumento decisivo para a conclusão contrária não-R”.

Anunciando que irá se contrapor à indicação de Marisa, por meio do *mas*, **B** estabelece uma relação comparativa de igualdade entre ela e Luciana, valendo-se, para tanto, de uma classe argumentativa, que deve ser entendida como “um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão” (KOCH, 1992, p. 30), constituída pelos argumentos *Luciana é alta, ela é simpática e é sorridente*. Note-se que esta classe constituída de três argumentos, no plano formal, estabelece uma relação de igualdade, mas, discursivamente, ela é favorável a Luciana, ao lado de quem **B** se coloca.

Ao introduzir o último enunciado por meio do conjuntivo (aditivo) e, **B** soma mais um argumento aos três anteriores, *uma melhor postura corporal*, neste caso, criando uma relação comparativa de superioridade a favor de Luciana, por meio do uso de *melhor*, e estabelecendo uma escala argumentativa entre os argumentos, por meio do operador *até*. Para Koch (1992, p. 30), “Quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em graduação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão, tem-se uma escala argumentativa”.

Apesar de a análise apresentada ser sumária e extremamente objetiva, pensa-se que ela evidencia que **B**, embora se valha de outros expedientes argumentativos para os quais se chamou a atenção, lança mão de duas comparações no intuito de atender a determinados objetivos interlocutivos e não meramente para se adequar a uma norma gramatical que dita como tais relações devem ser feitas. Note-se que, mesmo no

caso em que a comparação de igualdade é utilizada, ela pesa favoravelmente à Luciana e a não à Marisa.

A estas alturas, o leitor poderá estar se perguntando em que a análise que acaba de ser esboçada se distingue de uma análise pragmática bem comportada. A rigor, a resposta é: em nada. Ela é rigorosamente pragmática, pois considera os locutores como seres empíricos, o contexto como a situação comunicativa imediata e os parceiros da interação como dotados de uma intencionalidade sobre a qual têm controle, valendo-se, para alcançá-la, de argumentos escolhidos e técnicas formais lingüísticas que dominam e têm consciência de fazê-lo. E, acredita-se, que não haja nada de equivocado neste arrazoado. Em termos superficiais, crê-se que tudo ocorre realmente assim. Mas está é apenas uma etapa da análise.

Há uma outra etapa que vem a seguir e que, no caso do exemplo, talvez, por ser muito óbvia, passe despercebida. Talvez, ocorra com ela o que Bourdieu (1999, p. 70) afirma ser “um conhecimento, ao mesmo tempo, possuído e perdido desde sempre”, isto é, um conhecimento que se tem, um saber excessivamente repetido e amplamente disseminado, que, dado o seu não mais questionamento, é tido como natural. Em relação a este terceiro aspecto, não mais pragmático, mas cultural, chama-se a atenção para algumas questões apenas e se fazem algumas reflexões sobre elas.

Em primeiro lugar, dever-se-ia questionar, por que, numa sociedade como a brasileira, embora as escolas sempre careçam de verbas para fazerem frente a necessidades estruturais, a obtenção de recursos deva ser buscada por meio de um concurso de beleza. Deve-se observar que o pressuposto (a realização de um concurso de miss estudantil) nem sequer é questionado: ele é aceito como óbvio: aliás, nem em aceitação se pode falar, já que ele não se torna tema da discussão. Pelo menos duas coisas, até certo ponto desumanizantes, revelam-se nestas contendas: o aspecto competitivo das mesmas, que sempre trazem alegria ao vencedor, mas sentimento de rejeição, inferioridade e tristeza para os derrotados; e a exposição a que as pessoas que participam desses eventos

são submetidas: basta que alguém, postado ao lado do público, deixe de olhar para o palco (se puder) e observe as reações das pessoas que acompanham o desfile: o olhar lascivo de alguns e invejoso de outros; os comentários pouco elogiosos dos mais afoitos e os assovios obscenos que nunca faltam pareceriam dever desestimular as iniciativas deste tipo. No entanto, lá estão meninas de 14 a 16 anos, em trajes sumários, expondo-se ao ridículo e sendo tratadas como mercadoria posta em prateleira para o deleite de quem, em geral, tem que refrear seu desejo de consumo. É particularmente triste que, neste caso, seja uma escola, uma grande escola, a maior escola da cidade, a promover esse espetáculo: seria arriscado demais falar em autoprojeção, nestas ocorrências, com as professoras encontrando meninas que possuem as características que elas gostariam de ter? Para resumir, poder-se-ia dizer que uma instituição que deveria se caracterizar pela atividade intelectual e pela capacidade reflexiva se deixa tomar, de forma inconsciente, acredita-se (o óbvio, por ser óbvio, deixa de sê-lo), pelo espetáculo da visualidade, expondo corpos e os fazendo se comportarem com uma certa elegância e postura, válvula de escape e desculpa para um inconsciente com demasiada culpa. Eis, portanto, a educação submetida à cultura e aos valores sociais: e, agora, nada mais há de pragmático na análise, pois os ditames de uma determinada compreensão de mundo atravessam o discurso, dão-lhe *o que* e *como* dizer e fazem passar por óbvio e inquestionável valores e crenças que são socialmente instituídos.

Em segundo lugar, dever-se-ia atentar para as características elencadas para a escolha das meninas e se interrogar sobre o que elas mantêm em silêncio. A inclinação por uma das meninas (ou pelas duas) tem como elementos balizadores e objetivos de escolha a altura e a simpatia e o fato de ela ser sorridente e ter postura corporal. Embora, como tudo na vida, estes sejam aspectos relativos (podem-se imaginar muitas situações em que tais traços não seriam bem-vindos), aqui, eles são tomados em termos absolutos e inquestionáveis. Pense-se que eles devam ser lidos necessariamente em seu direito e

seu avesso: em seu direito, naquilo que eles explicitamente afirmam e que deveriam, por serem ruidosos demais e estarem *embaixo do nariz*, fazerem a “audição” dedicar-lhes atenção e os questionar: no entanto, eles transmitem a mais pura inocência. Donde vem a determinação de que, para um desfile (embora isto se transfira para a vida), as pessoas adequadas sejam altas, simpáticas, sorridentes e tenham postura corporal? Acredita-se estarem se revelando, aí, a megalomania (altura), o incômodo com indivíduos questionadores e críticos (simpatia), a contraposição a indivíduos mal-humorados (sorridente) e a defesa nazista da perfeição corporal, ditada por um padrão que estabeleceu um estereótipo. Neste caso, as exigências estabelecidas para que uma menina possa ser candidata, que, como já dito, são transferidas para a vida, não são atribuíveis aos locutores empíricos presentes na situação comunicativa específica: são traços determinados por uma cultura que os dá como parâmetro para que uma pessoa possa ser desejada para um desfile, seja o de miss, seja o da vida.

Em seu avesso, acredita-se que se deva ler aquilo que é mantido em silêncio e, portanto, rigorosamente isolado e negado, numa forma de negação ainda mais contundente, porque não é dada voz aos que ficam à margem: por que uma menina baixa, séria, antipática e sem postura corporal não poderia ser candidata? Porque ela não atende aos valores estabelecidos culturalmente; porque ela não atende ao estereótipo do cidadão desejado; porque ela desvela um padrão que não é aquele normalizado por uma sociedade narcisista, que não consegue aceitar a si mesma naquilo que são os seus traços peculiares: talvez. O que os interlocutores não se dão conta é que os princípios que “escolhem” como parâmetro os escolhem como seus advogados: pior para todos aqueles que não atendem ao protótipo e são marginalizados em todos os casos em que uma tecnologia corporal e comportamental é usada para selecionar indivíduos e discursos, deixando, em geral, uma maciça maioria na sombra, no silêncio e sem direitos. Por que, já que se tratava de um desfile ou de um

concurso escolar, os traços não poderiam ter sido a inteligência, o aproveitamento escolar, o esforço no estudo, a boa convivência com professores e colegas, embora ainda assim restasse um concurso e a construção de um cenário competitivo? Aliás: por que será que não se consegue romper com o princípio de que a competição deva existir em tudo que é feito?

Enfim, o que parece inquestionável é que as relações comparativas, tópico em foco, são comandadas por valores axiológicos instaurados sócio-culturalmente e não por locutores empíricos conscientes e que dominam cabalmente donde vêm os discursos que produzem. Um olhar mais atento sobre estas relações pode auxiliar na elucidação e conscientização da cultura em que se está imerso e por que se diz o que se diz do jeito que se diz.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. (Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Discurso na vida e discurso na arte*. (Trad. Cristóvão Tezza). New York: Academic Press, 1976, 23p (inédito).
- BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. (Trad. Donaldson M. Garschagen). 26.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. (Trad. Maria Manuela Galhardo). Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1999.
- DASCAL, Marcelo (org.). *Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da Linguística - bibliografia*. Campinas, SP: Global Universitária, 1982.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. (Rev. Trad. Eduardo Guimarães). Campinas: Pontes, 1987.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações a partir de uma pequena comunidade*. (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. (Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. (Trad. Roberto Machado). 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. *Vigiar e punir*. (Trad. Raquel Ramalhete). 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar da civilização*. (Trad. José Octávio de Aguiar Abreu). Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

INFANTE, Ulisses. *Curso de gramática aplicada aos textos*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 1995.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. (Trad. Freda Indursky). Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Gênese dos discursos*. (Trad. Sírio Possenti). Curitiba: Criar Edições, 2005.

SARMENTO, Leila Lauer. *Gramática em textos*. 1.ed. São Paulo: Editora Moderna, 2000.